



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B5
Data: 04/09/2012

SAÚDE NOS PRESÍDIOS

Plano terá que ficar pronto em 60 dias

As secretarias estaduais de Saúde e da Justiça têm 60 dias que elaborar um plano emergencial para atendimento de saúde aos internos do sistema penitenciário. Esse foi o resultado de audiência realizada na manhã de ontem no Ministério Público Estadual. O MP também cobrou ações dos Municípios em que estão instalados os presídios sergipanos, que possuem falhas principalmente na atenção básica aos presos.

De acordo com o Ministério Público, o plano operativo de saúde prisional criado em 2009 pelo governo estadual foi devidamente implantado somente em duas unidades: o Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho (Compajaf) e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. A falha no atendimento aos aproximadamente 3.000 internos, distribuídos em nove unidades prisionais, foi denunciada pelos promotores das Varas de Execuções Criminais.

O promotor de Justiça Nilzir Soares disse que o plano elaborado pelo Estado servirá de referência para o monitoramento do Ministério Público. "Esperamos que, desta



AUDIÊNCIA no MPE reuniu as secretarias estadual e Municipal de Saúde

vez, essa política saia do papel e seja executada. A população carcerária demanda uma atenção diferenciada por causa das condições de insalubridade e da grande concentração de pessoas", afirmou o promotor.

Após questionar o IBGE, o Ministério Público recebeu um ofício em que foi informado que os internos, quando presos em definitivo, compõem a população do município onde está localizado o presídio. Por isso, o MPE considera

que as prefeituras dessas cidades possuem responsabilidade nas ações de saúde aos internos, uma vez que são beneficiadas economicamente pela vinda dos presos.

"Esperamos a colaboração de todos os entes para atender às necessidades da sociedade e da população carcerária, que possui a assistência à saúde assegurada pela lei", disse o promotor Nilzir Soares. Até a realização da próxima audiência, o Ministério Público vai consultar órgãos que

trabalham a temática da saúde prisional para verificar que políticas públicas vêm sendo adotadas em âmbito nacional.

A legislação nacional indica que os presídios precisam ter assistência de enfermagem por pelo menos 20 horas semanais e apoio de auxiliares de enfermagem durante 40 horas por semana. A gestora da Secretaria de Estado da Saúde, Rosana Apolônio Reis, disse que cuidar da saúde dos internos é essencial para servidores das unidades e para os familiares que visitam seus parentes nas penitenciárias.

"Todos os presídios hoje possuem algum tipo de assistência, mas que ainda não é a ideal. O Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto é o mais preocupante, porque abriga o maior número de presos", afirmou Rosana. "Pedimos que os Municípios verifiquem se podem ceder profissionais da atenção básica sem prejudicar a assistência ao resto da população. Precisamos encontrar esse equilíbrio para não inchar ainda mais a rede hospitalar do Estado", acrescentou a gestora da SES.

André Moreira